



## GABARITO (EDITAL N° 024/2012)

### PORTUGUÊS

#### QUESTÃO N.º 01:

A resposta correta é a palavra “desapreço” (**Alternativa A**), que significa falta de apreço, menosprezo, descaso.

Esta conduta está expressamente prevista e proibida no artigo 117, inciso V, da Lei 8.112/90, haja vista que tal comportamento pode gerar a descredibilidade das chefias superiores e dos próprios subalternos, como pode espalhar maledicência e desarmonia no recinto das repartições públicas. Procedendo-se a uma análise acurada deste tipo administrativo podemos dizer que a “manifestação de desapreço” quando detectada, reveste-se das características do chamado “assédio moral”, que acaba por ofender a própria dignidade do trabalhador/servidor público, vez que o expõe a situações humilhantes e constrangedoras, de menosprezo e descaso.

A jurisprudência dos TST já firmou entendimento que para a caracterização do assédio moral importante é que as situações humilhantes e constrangedoras aconteçam de forma repetitiva e prolongada.

#### QUESTÃO n.º 02:

A resposta correta é “Independência das instâncias administrativa e civil” (**Alternativa C**). No texto a atitude do servidor em ingressar com *habeas corpus* embora não seja proibida por lei (princípio da inafastabilidade do poder judiciário – artigo 5.º, inciso XXXV, da CF/88), razão não assiste ao impetrante vez que segundo o artigo 125, da Lei 8.112/90 as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si. De outro norte, o referido diploma legal também dispõe de forma clara, em seu artigo 126, que a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de



---

absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

**QUESTÃO N.º 03:**

A resposta mais adequada a questão é: “indicar a grande quantidade de futuras realizações prometidas pelos candidatos e denunciar as irregularidades cometidas pelos futuros representantes da nação” (Alternativa D).

**QUESTÃO N.º 04:**

A resposta correta é “explicação e temporalidade” (Alternativa D). Primeiro é explicado o que ocorria quando alguém escorregasse e caísse na terra vermelha usando a roupa, que havia sido lavada no tanque e secada. Segundo é demonstrando o tempo em que isto poderia ocorrer, ou seja, quando em tempos de poeira.

**QUESTÃO N.º 05:**

A resposta correta é “Quem se cuida vive bem” (Alternativa A). Demonstra que aquele que cuida da saúde, da higiene, do próprio corpo, por exemplo, tem modo de viver diferenciado, ou seja, vive bem.

**DIREITO DISCIPLINAR**

**QUESTÃO N.º 01:**

A melhor resposta é “significa que a Administração ao revogar um ato administrativo, por motivos de conveniência e oportunidade, deve respeitar, obrigatoriamente, os direitos adquiridos dos administrados” (Alternativa C), vez que o artigo 53 da Lei 9784/99, dispõe que a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Lembrando que a Administração quando anula um ato este tem efeitos “ex tunc”, ou seja, retroage desde o início, ou melhor dizendo: o ato é ilegal desde o seu



---

nascimento. Já quando a Administração revoga um ato, como assim ela faz dentro do chamado “poder discricionário” (certa margem de liberdade conferida a Administração pelo legislador), de acordo com sua conveniência e oportunidade, os efeitos do ato surtem efeitos a partir do momento da revogação não tornando sem efeito o ato desde o seu nascimento.

**QUESTÃO N.º 02:**

A resposta é: “todas alternativas estão corretas” (**Alternativa D**). As respostas podem ser encontradas no artigo 37, caput, da CF/88 – no artigo 9.º, da Lei 9.784/99 – no artigo 2.º da Lei 9.784/99 – no artigo 168, parágrafo único da Lei 8.112/90.

**QUESTÃO N.º 03:**

As respostas se encontram dispostas nos artigos 56 a 63 da Lei 9.784/99. No caso em tela a resposta é: “O recurso administrativo tramitará no máximo por 02(duas) instâncias” (**Alternativa C**), o que contraria expressamente o preconizado no artigo 57 da Lei 9.784/99.

**QUESTÃO N.º 04:**

A resposta correta é: “por ser de ordem pública, a prescrição, uma vez configurada, deve ser declarada pela autoridade julgadora mesmo que o acusado não a alegue” (**Alternativa A**) – VER ARTIGO 112 DA LEI 8.112/90.

**QUESTÃO N.º 05:**

A melhor resposta é “a responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho de cargo ou função” (**Alternativa C**), de acordo com a leitura do artigo 122 da Lei 8.112/90.



## **NORMAS DE GRADUAÇÃO**

### **QUESTÃO N.º 01:**

A resposta é: “não renovação de matrícula pelo discente em componentes curriculares depois de esgotados os períodos de trancamento da matrícula” (Alternativa D) – artigo 1.º, da Resolução 15/2011.

### **QUESTÃO N.º 02:**

A resposta é: “trinta dias, a contar do início do semestre ou ano letivo” (Alternativa D). – artigo 28, §1.º, da Resolução 15/2011.

### **QUESTÃO N.º 03:**

A resposta é: “processos seletivos, portador de diploma de curso de graduação, transferência facultativa; reingresso, mobilidade acadêmica, transferência ex officio ou contra modalidade que venha a ser criada” (Alternativa A) – artigo 43 da Resolução 15/2011.

### **QUESTÃO N.º 04:**

A resposta é: “ser admitidos, por meio de classificação em processo seletivo próprio” (Alternativa B) – artigo 51 da Resolução 15/2011.

### **QUESTÃO N.º 05:**

A resposta é: “submeter-se a todas as adaptações que forem determinadas pelo Colegiado de Curso de modo a cumprir o fluxo curricular do curso no qual foi admitido” (Alternativa A). – artigo 54 da Resolução 15/2011.